

ao problema da verdade e do verificacionismo. Mas talvez não seja mesmo o lugar de abordá-los, afinal, este livro é para os saamaka e entre eles a existência de espíritos ancestrais é uma das verdades mais elementares; que fantasmas falem sobre seu passado é completamente natural, esperado. Se os arquivos coloniais holandeses não concordam com isso, pior para os arquivos.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p474>

**SAHLINS, Marshall. 2013. *What kinship is... and is not*. Chicago: The University of Chicago Press. 120 pp.**

---

### Thiago Niemeyer

Bolsista de pós-doutorado, PPGCS/UFRRJ

O parentesco é um dos temas fundantes da Antropologia: desde Morgan e seus *Sistemas de afinidade e consanguinidade na família humana*, de 1871, muita tinta correu na análise de dados etnográficos sobre grupos corporados, sistemas de linhagens, regras matrimoniais ou metades exogâmicas. Com a publicação das *Estruturas elementares do parentesco*, de Lévi-Strauss, em 1949, o fenômeno seria alçado à condição de denominador comum da existência humana, e o debate ficaria marcado pela oposição entre teóricos da "aliança", que subscreviam à formulação lévi-straussiana, e da "descendência" que, mais alinhados com a "Antropologia Social" britânica, viam na filiação a ancestrais comuns o elemento constitutivo dos "laços de parentesco". Não seria exagero afirmar que o parentesco não é apenas parte do "ato inaugural" da Antropologia, mas possivelmente o terreno onde esta se sente mais à vontade em dar a palavra final.

Nas últimas décadas, no entanto, a popularidade dos estudos sobre o tema

caiu consideravelmente. As formulações de David Schneider, motivadas por seu estudo do parentesco americano e apresentadas em sua famosa *Crítica aos estudos do parentesco*, de 1984, representaram uma espécie de ponto de inflexão na longa e ascendente carreira do tema na disciplina: mera projeção das categorias do analista sobre uma realidade exógena, o parentesco era ali rebaixado à condição de artefato do contato entre o "pensamento ocidental" e as sociedades "tradicionais". Já que essa crítica e seus epifenômenos são absolutamente centrais às reflexões de Sahlins, retomarei o ponto adiante.

Cabe, por ora, uma apresentação mais formal do objeto da resenha. *What kinship is... and is not* é a junção do artigo "What kinship is", publicado em duas partes no *Journal of the Royal Anthropological Institute*, com uma segunda parte, providencialmente intitulada "What kinship is not" que, juntamente com prefácio e notas compõem as breves 120 páginas do livro. Nessa peça "frazeriana" (para usar o termo do autor) de referências teóricas e relatos etnográficos, Sahlins não pretende "atestar empiricamente o que é o parentesco, mas fazer uma exposição do que alego que ele é" (:7). Trata-se, assim, de demonstrar uma ideia ao invés de verificá-la, e é nesse sentido que o material etnográfico adquire um caráter mais "exemplar" do que "comprobatório".

Utilizando a expressão de Janet Carsten, Sahlins nota que parentes são "in-trínsecos" uns aos outros: sofrendo suas dores e compartilhando suas alegrias, evidenciam que "se o ser é mútuo, a experiência é mais que individual" e é desse modo que um sistema de parentesco pode ser entendido como um "emaranhado de participações intersubjetivas, fundadas em mutualidades do ser" (:17). Examinando os trabalhos de Bastide e Strathern sobre as noções de pessoa africana e

melanésia, respectivamente, Sahlins argumenta que a "partibilidade" da pessoa é fundamental para o entendimento das "práticas transpessoais de coexistência, da divisão ao luto" (:19).

"Partibilidade", no entanto, não é exatamente a "dividualidade" consagrada nas análises de Marylin Strathern sobre a pessoa melanésia. Colocada de maneira simplista, a relação é análoga àquela entre espécie e gênero, no sentido de que a segunda é um caso específico da primeira. É possível mesmo compará-la, no que tange à natureza dessa relação (e não seu conteúdo específico), àquela descrita por Lévi-Strauss entre "pensamento selvagem" e "pensamento científico": enquanto "partibilidade" alude ao fenômeno mais fundamental da relacionalidade que permite que "indivíduos como nós sejam 'empregados', 'clientes', 'colegas de time ou de classe', 'convidados', 'estrangeiros' e assim por diante" (:20), "dividualidade" é um caso específico de incorporação do outro que produz um "ser composto no sentido participatório do termo" (:20). A "partibilidade" diz respeito, assim, a uma "classe maior de pessoas que 'dividualidade' [...] que consiste em partibilidade mais copresença" (:20).

Voltando a Schneider e sua crítica, parece sintomático que uma das autoras que, em tempos recentes, se deteve com mais vagar sobre o tema do "parentesco", Janet Carsten, seja mencionada apenas quatro vezes ao longo do texto, sempre de maneira breve ou em referência a dados etnográficos. Em seu *After kinship* (2004) – sumário de formulações elaboradas ao longo dos anos a partir da análise de realidades etnográficas tão diversas que vão do parentesco entre gays de São Francisco, descrito por Kath Weston, à sua própria experiência com populações de pescadores malaios – Carsten aconselha que busquemos a forma como o parentesco é "feito" no plano processual,

averiguando como modos específicos de copresença (como coabitação e comensalidade) têm o poder de relacionar pessoas. Mas se Carsten parte de um pressuposto parecido com o de Sahlins, para quem qualquer "relação constituída em termos de procriação, filiação ou descendência pode também ser produzida pós-natalmente ou performativamente por ações culturais apropriadas" (:8), seu trabalho, ao sugerir que se busque a maneira como "dado" e "construído" são formulados localmente, torna-se por demais tributário da crítica de Schneider, que o autor pretende, a todo custo, contornar.

Tal crítica, baseada em reflexões que culminariam na formulação de que "o parentesco não existe", está fundada na constatação de que, na cultura americana, há uma rígida divisão entre "império da natureza" e "império do código", e a própria terminologia do sistema de parentesco americano alude a tal fato (o uso do sufixo "in law" para parentes "afins" é sintomático). Com efeito, Schneider enxergaria essa mesma divisão na tradição do pensamento antropológico: de Maine a Lévi-Strauss, todos teriam acreditado, de alguma forma, na ideia de que "o sangue é mais grosso do que a água". Os estudos sobre parentesco teriam sempre um fundo biologizante, mais ou menos claro e determinante. As ideias sobre o tema derivariam de termos ocidentais, bem como da noção biológica de reprodução. O vocabulário inferido a partir de genealogias não poderia preceder ou enquadrar relações encontradas no campo. Dessa forma, Schneider concluía que o parentesco era um construto analítico indefinido e de pouca justificativa.

Embora simpático à ideia de que parentesco e biologia são domínios não relacionados *a priori*, Sahlins questiona os pressupostos parsonianos de Schneider, em especial a distinção, fundamental à arquitetura de sua crítica, entre unidades

culturais e regras de conduta. Aparentemente, para o autor, Schneider não teria notado que "ao distinguir o sistema cultural da ação social, a modo que o pressuposto ontológico está para o que é feito pelo homem", ele próprio replicaria, sob a forma de teoria antropológica, "o equivalente funcional do contraste entre as relações dadas de 'sangue' e aquelas feitas pelos 'in-laws', que ele próprio descobrira no sistema americano de parentesco" (:13).

Na segunda parte do texto – onde Sahlins define, a partir da biologia, aquilo que o parentesco "não é" – evidencia-se mais um problema em relação à crítica de Schneider, que diz respeito à sua pretensa generalidade: se para Lévi-Strauss o parentesco (e por extensão, a cultura) é fundado na "aliança" e não na "descendência", como acusá-lo do mesmo biologismo de outros antropólogos? Em outras palavras, parece ter sido justamente Lévi-Strauss quem deslocou o parentesco do domínio da biologia para aquele da "afinidade". A crítica perderia sua abrangência na medida em que "teóricos da aliança" e da "descendência" entendessem parentesco como processos de ordem fundamentalmente distinta. De maneira providencial, Sahlins cita Lévi-Strauss na célebre passagem das *Estruturas elementares do parentesco* na qual se reconhece que, a despeito de "a família ser ubíqua nas sociedades humanas, o que dá ao parentesco sua característica distintiva não está naquilo que ele retém da natureza, mas no que diverge dela", de modo que o "parentesco não existe em laços objetivos de descendência e consanguinidade entre os indivíduos; ele existe apenas na consciência humana" (:41).

Não se trata, no entanto, de uma crítica à crítica de Schneider, e o que está em jogo não é reabilitação do "método genealógico": no limite, suas reflexões revelam (como observou Marcio Gold-

man em seu comentário à *Invenção da cultura*, de Roy Wagner) que nenhuma de nossas categorias analíticas poderia existir como as concebemos em outras realidades, mas que é quase inevitável que as usemos para dar inteligibilidade a outros modos de vida – não à toa, para Schneider, não é apenas o parentesco que "não existe", mas também religião, política e economia e, como fez seu pupilo Roy Wagner, pode-se estender a reflexão à cultura de modo mais amplo.

*What kinship is... and is not* é uma contribuição absolutamente original não só aos estudos de parentesco, mas à teoria antropológica de modo mais abrangente. As reflexões que se revelam no manejo perspicaz dos dados etnográficos estendem o interesse do texto aos antropólogos em geral, e não apenas aos especialistas no tema. A força da ideia de "mutualidade do ser", motivo condutor do texto, nos faz suspeitar que seu rendimento analítico possa estender-se, a depender da criatividade de quem o mobiliza, para muito além do parentesco.